

DOCUMENTOS

## DEMARCAÇÕES

Número 4 / mayo 2016

João Quartim de Moraes

### Sobre as "Origens da Dialética do Trabalho" \*

Como "ajustar contas" com a dialética? Pelo fato mesmo de se propor este objetivo em *Origens da Dialética do Trabalho*, o prof. Giannotti obrigou-se a definir um método de estudo do método dialético. "Embora nossa intenção seja realizar uma análise histórica, não renunciaremos ao estudo sistemático da questão. Se passamos pela história é porque... cumpre estabelecer... como Marx, no início de sua atividade científica, encaminhou o problema"<sup>1</sup> Ele distingue, portanto, um projeto maior, de dar "um balanço geral da dialética marxista"<sup>2</sup> e uma

**Apresentação do documento: *Sobre as “Origens da dialética do trabalho”, de João Quartim de Moraes.***

Lidiane S. Rodrigues\*

Em 1967, João Carlos Kfourti Quartim de Moraes publicou, na revista *Teoria e Prática* (n. 3), um texto denominado *Sobre as “Origens da dialética do trabalho”*. O autor, transitando entre o gênero resenha e ensaio, comentava o livro de José Arthur Giannotti, *Origens da dialética do trabalho*, publicado em 1966. Este livro resultava de uma tese de livre-docência, defendida por Giannotti, junto ao Departamento de Filosofia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), em junho de 1965, intitulada *Alienação do Trabalho Subjetivo*. A história desta tese se entrelaça à do comentário que João Quartim dirigiu ao livro, assim como à do periódico que o publica e à história política do país<sup>1</sup>. De modo sucinto, é desse entrelaçamento que se trata a seguir.

Em 1964, instaurou-se no Brasil um regime civil-militar que perseguiu militantes e intelectuais de esquerda. Situar o diálogo dos textos em questão implica caracterizar os desdobramentos específicos deste regime na instituição, e particularmente no Departamento de Filosofia, em que trabalhava José Arthur Giannotti e no qual João Quartim havia sido seu aluno.

A FFCL-USP tinha apenas três décadas de funcionamento quando a perseguição política e policial do novo regime a atingiu. Vista à distância temporal e contrastada com a história de outras instituições brasileiras, ela apresentava indícios de rara autonomia: elaboração de trabalhos sob normas estabelecidas e avaliadas pelos pares e disputas no interior de um regimento próprio à atividade intelectual. Carecia ainda de estabilidade orçamentária, sempre à mercê de mudanças repentinas de orientação política no governo do Estado de São Paulo. Esta incipiente autonomia havia sido conquistada sofregamente, por meio de conflitos. *Grosso modo*, de um lado, situavam-se em aliança política intra e extra-institucional, o governo do Estado de São Paulo e as tradicionais escolas de Direito e Engenharia – controlando o Conselho Universitário e a reitoria. De outro lado, a FFCL-USP, cuja ambição intelectual não tinha contrapartida nos poderes temporais, estando sempre a reboque da direção das escolas mais poderosas. Uma das implicações mais dramáticas dessa assimetria consistia no problema da reprodução do corpo docente – sendo, cada contratação, motivos de intensas lutas, infensas à critérios acordados e não-políticos. Além disso, inicialmente, a instituição se ordenou pelo regime vitalício das “cátedras”, desconhecendo inteiramente padrões de competição intelectual. Os números reduzidos de aspirantes a este posto, assim como das próprias cátedras, favoreceu que para cada uma delas, um processo diferente viabilizasse o ingresso dos quadros.

Nos anos 1960, a FFCL-USP padecia ainda desta assimetria de poder institucional. Mas sua morfologia docente e discente modificava-se. O catedrático de Filosofia, por exemplo, João Cruz Costa sofria de uma dupla pressão: dominado pelos *poderes temporais* de seus pares na reitoria e no Conselho Universitário, passava a ser desafiado também por seus alunos em

---

\* Historiadora. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Trabalho resultante de uma bolsa de pós-doutoramento da FAPESP.

<sup>1</sup> Para a reconstituição a seguir, foi utilizada a documentação institucional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), além da tese e do livro (de Giannotti) e do comentário (de João Quartim). As informações a respeito da história institucional, as biografias intelectuais e esta documentação foram colhidas para meu doutoramento, sobre a introdução das leituras de Karl Marx na FFCL-USP. Cf. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo (1958-1978)*. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2012.

termos de *pouvoirs intellectuels*. Como é típico, em processos como este, de alargamento da população de praticantes de uma arte ou de uma ciência, os agentes passam a desprezar a autoridade puramente institucional, e a competição propriamente intelectual ganha a cena.

É nesta fase de transição de dois padrões de autoridade institucional e intelectual que o jovem filósofo José Arthur Giannotti viaja para França e estuda na Faculdade de Letras de Rennes, com Gilles-Gaston Granger e Victor Goldschmidt.<sup>1</sup> O primeiro ele conhecera em 1953 – quando de sua estada no Brasil; o segundo descobriria no além-mar. No segundo ano de sua estada na França, Giannotti instala-se em Paris, segue os cursos de Merleau-Ponty e Martial Guérout, no *Collège de France* e frequenta reuniões do grupo *Socialismo ou Barbárie*, a convite de Claude Lefort. A viagem e a permanência foram financiadas por uma bolsa mista – da embaixada da França e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, estabelecida em 1951) – angariada e renovada por negociações que o catedrático João Cruz Costa realizou junto às duas fontes<sup>2</sup>. Sob o impacto das condições de trabalho que encontrou (bibliotecas, livrarias), assim como das práticas intelectuais rotinizadas entre os filósofos e inteiramente ausentes do paupérrimo cenário paulistano (traduções, ritmo de trabalho docente e discente, competição dos exames, a Filosofia como disciplina de coroamento<sup>3</sup>), ele escreve a seu professor: “Adotei uma divisa: estudar os alemães modernos à moda francesa. Vamos ver o que vai dar. Afinal o nosso barbudo era alemão (judeu) e ainda vamos lê-lo no original.”<sup>4</sup> Nascia a ideia de um grupo de estudos, que a posteridade tornaria célebre – a saber, o “Seminário Marx”, cuja história é conhecida dos paulistanos.

Ao retornar, o filósofo reuniu as competências disciplinares de que seus amigos mais íntimos eram portadores e os colocou a serviço do projeto de “ler alemães à francesa”, isto é, valer-se do método de leitura de Martial Guérout para a explicação de textos de um autor que não constava no repertório autoral previsto pelos praticantes de Filosofia, fosse em São Paulo, fosse em Rennes, fosse em Paris – a saber: Karl Marx<sup>5</sup>. Além dele, frequentaram as reuniões do “Seminário Marx”, com graus variados de assiduidade: o filósofo Bento Prado Jr., os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, o historiador Fernando Novais, o sociólogo e crítico literário Roberto Schwarz, os economistas Paul Singer, Sebastião Advíncula da Cunha e Juarez Rubens Brandão Lopes. Os percursos desses *seminaristas* são indissociáveis da história da jovem instituição na qual trabalhavam como professores-assistentes – a FFCL-USP, constituída em 1934. Um dos vetores de difusão e consagração do grupo consiste na leitura isolada da obra dos membros mencionados, reduzidas à agenda de suas disciplinas, ignorando esta experiência de alinhamento de perspectivas e inculcação de *habitus*.

---

<sup>1</sup> Diversas cátedras da FFCL-USP foram dirigidas por professores franceses. Gilles Gaston Granger lecionou Lógica entre 1947-1952; Martial Guérout, lecionou História da Filosofia entre 1948-1950. Naturalmente, a avaliação do impacto de suas aulas em cada um dos expoentes da filosofia paulistana ultrapassa o escopo deste artigo.

<sup>2</sup> Não seria pertinente à argumentação caracterizar os efeitos desse tipo de financiamento sobre a direção dada aos estudos do filósofo. Ao estilo das relações entre mecenato e artistas com ambições de autonomia, o conflito é patente e a obra resulta das alternativas que o segundo consegue imprimir às imposições do primeiro. A este respeito, remeto o leitor curioso à tese mencionada, cap. 1.

<sup>3</sup> Jean-Louis Fabiani. *Les philosophes de la république*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988.

<sup>4</sup> Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 28/10/1957. Acervo Cruz Costa. Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

<sup>5</sup> O Seminário de leitura de Karl Marx comandado por Althusser começa anos depois e, vale dizer, o método de leitura “sintomal” não é idêntico ao que Martial Guérout recomendava – ao contrário deste, instava uma postura mais ativa face ao texto.

A experiência do grupo de leituras impactou a acanhada comunidade acadêmica paulistana – que vivia à sombra da visibilidade dos intelectuais situados na capital do país, o Rio de Janeiro – e os alunos dos *seminaristas* sentiram-se instados a replicar o experimento. Nem todos os aspirantes à participação no grupo de Giannotti foram aceitos por ele; outros, embora convidados, não se adaptaram à disciplina por ele imposta. Desse modo, grupos com perfis sociais diferentes e propósitos intelectuais semelhantes (leitura d’*O Capital*) foram se constituindo. Dentre eles, tem destaque um círculo que se forma em torno de dois membros que tiveram participação no grupo de Giannotti – Roberto Schwarz (crítico literário), em seu retorno dos EUA e Ruy Fausto (filósofo), em seu retorno da França, em 1963. Animados por eles, tiveram variada frequência e adesão a este novo grupo: João Quartim de Moraes (filósofo), Paul Singer, Paulo Sandroni (economistas), Sergio Ferro (arquiteto), Lourdes Sola, Célia Quirino, Zé Chico, Emir Sader, Albertina Costa, Claudio Vouga, Francisco Weffort (cientistas sociais), Emília Viotti (historiadora), Beth Milan (médica). Os dois grupos estiveram em atividade concomitante, durante um curto período.

Há, na iniciativa deste segundo grupo, similitudes e diferenças com relação ao primeiro. A mais salutar delas consiste na produção de três números de uma revista em que suas discussões ficaram registradas (*Teoria e Prática*). Em 1967, na edição comemorativa do centenário de publicação d’*O Capital*, João Quartim duela com seu professor, José Arthur Giannotti, a respeito *do que fazer*, do ponto de vista da Filosofia, com a dialética marxiana.

Importa caracterizar os impactos diversos que a ditadura civil militar implicou para os “seminaristas de Giannotti” e para o “grupo de *Teoria e Prática*”. Enquanto os primeiros valiam-se das leituras coletivas *puramente* para a elaboração de suas teses, os segundos eram ativos na militância política, inclusive na luta armada. A revista teve apenas três números, pois a polícia a recolheu e seus membros se dispersaram no exílio entre o Chile, a França e os EUA. Já os “seminaristas de Giannotti” tinham compromissos intelectuais assumidos com seus catedráticos. Em função da relação de forças institucional das respectivas cadeiras (Filosofia, Sociologia e História, sobretudo), eles tiveram de acelerar a produção de suas teses para impedir que os grupos concorrentes, agora aliados do regime autoritário, tomassem de assalto seus postos, ameaçados pela reforma universitária, que passava a exigir novos títulos.

Na conjuntura política do imediato pós-golpe civil-militar, os grupos concorrentes (a mencionada aliança do governo do Estado e as escolas tradicionais) fortaleceram-se ao alinharem-se às perseguições policial-militares. O índice de heteronomia da disputa institucional aumenta. O reitor que conduzirá a reforma universitária, Miguel Reale, era rival intelectual e institucional da FFCL-USP e particularmente de João Cruz Costa e de sua equipe. Junto com seus aliados, valeu-se de sua rede social de apoio com ramificações na burocracia de estado a serviço dos militares, acantonando o pólo autônomo, representado pelo círculo em torno de Cruz Costa. O desfecho será a derrota do pólo autônomo da FFCL-USP, cujos expoentes serão aposentados compulsoriamente em 1969, pelo regime civil-militar.

No entanto, no intervalo entre 1964 a 1968, os filósofos reagiram e lutaram. Com o pedido de aposentadoria de João Cruz Costa em 1965, a cátedra da Filosofia ficava vaga. Concomitantemente, a reforma universitária promovida em âmbito federal e conduzida por Miguel Reale na USP, exigia novos títulos para as vagas que se abrissem na transição global pela qual sistema universitário passava. Em numerosos setores da FFCL-USP, esta situação instou a corrida por titulações. A Filosofia não fugiu à regra.

Eis o cenário em que se abre o concurso de livre-docência para o qual José Arthur Giannotti prepara *Alienação do Trabalho Subjetivo*, com vistas, simultaneamente, a ganhar o título de livre-docente e a antiga cátedra, bem como, a defendê-la da ameaça de que o grupo de Reale

se apropriasse dela. A banca deste concurso é constituída por João Cruz Costa, Lívio Teixeira, Arnold Von Buggenhagen, Gérard Lebrun e Arthur Versiani Velloso. É difícil não reconhecer no trabalho de Giannotti as marcas da conjuntura política invadindo a dinâmica do trabalho intelectual em passos decisivos. Precisamente, o sôfrego problema do tempo de elaboração do texto pontilha seu plano de redação e defesa, assim como o de outros colegas na mesma condição que ele. As teses defendidas em reação ao cenário caracterizado *documentam uma discussão teórica acumulada, anterior ao momento de sua defesa*. Entrementes, uma vez defendidas e publicadas, as teses operam no espaço intelectual como tomadas de posição. De modo caricatural, poder-se-ia imaginar, no calor da hora, todos retirando da gaveta seus manuscritos e dando a eles um formato “apresentável” de tese<sup>1</sup>. Dito de outro modo, é possível *ler o que documentam* estas teses, escritas aceleradamente, em duas dimensões – são projetos intelectuais em gestação cuja fase é *datada pelo modo* como os candidatos/autores *alinhavavam*, àquela altura, suas leituras. Se isso não explica inteiramente as decisões do filósofo na confecção de sua tese, à luz das lições que tomou com Granger e das leituras que ele realizava com o “Seminário Marx”, oferta pistas para se entender tanto a elaboração de um projeto intelectual que ultrapassa a explicitação das condições de possibilidade da dialética d’*O Capital*<sup>2</sup>, como também um acúmulo coletivo de discussões e um banco de análises textuais dignas de organização no formato “tese”. Ademais, as afiadas constatações de João Quartim a respeito da “pluralidade de intenções”, da “falta de unidade” – não denunciariam fases inacabadas de um projeto intelectual em elaboração? Daí tantos autores eleitos para análise – ora sincrônica como recomendaria Guérout, ora diacrônica com sugeriria Granger. Não parece indiferente a este *processo conturbado* que o *produto-texto* em questão destine um capítulo a Feuerbach (“A dialética contemplativa de Ludwig Feuerbach”), dois ao jovem Marx (“Primeira Crítica da Economia Política”; “A Negatividade Histórica do Trabalho”) e os finais ao “marxismo adulto” (“Novas Perspectivas”, “A Dialética Redentora”). Uma *versão não filosófica da mesma preocupação* poderia ser encontrada muitos outros estudiosos sob o raio de influência de seu seminário<sup>3</sup>. Da perspectiva de uma sociologia da ciência, aliás, não surpreende que por efeito do ritual de investidura do título (uma *hysteresis* particular), o próprio autor esqueça os constrangimentos que o obrigaram “muito a contragosto” a realizar um “rodeio pela história”, e se conformar em “preparar o terreno para um livro posterior”<sup>4</sup> – e siga defendendo a tese, o livro, seus recortes, as perspectivas adotadas, como se o ritual da defesa se dilatasse no tempo, ampliando o leque de argüidores<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Este “drama” é narrado por muitos, porém a ele não tem sido dada a devida atenção. Particularmente entre os filósofos, a realização da tese em dois ou três anos, em função de imposições para se manter na instituição, é fonte de queixas intermináveis. Pudera. a todo tempo, estão contrastando suas condições de trabalho àquelas de seus pares franceses. Consulte-se: Giannotti J. A. *et al.* « Cheminement et aléas d'un travail » (entrevista realizada por brasileiros). In. *Rue Descartes*, 2012/4 n° 76, p. 56-79.

<sup>2</sup> Seria temerário afirmar peremptoriamente que o modelo intelectual que orienta a produção do filósofo seja Gilles-Gaston Granger e sua própria tese de doutorado, *Concept, structure et loi en science économique. Essai d'épistémologie comparative*. (Presses universitaires de France. Thèse pour le Doctorat ès Lettres présentée a la Faculté des Lettres de l'Université de Paris, 1955). No entanto, os problemas que orientam a agenda de leitura de Marx proposta por Giannotti têm parentesco evidente com este trabalho.

<sup>3</sup> Dentre eles, talvez o mais célebre seja Michael Löwy, cujo doutoramento tem por tema a trajetória intelectual e política do jovem Marx (em contraponto ao velho), embora seguindo um rumo diverso de explicação, em que a prática política ganha relevo explicativo para as mudanças da obra.

<sup>4</sup> José Arthur Giannotti. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo, Difel, p. 10.

<sup>5</sup> O esquecimento aludido fica documentado na “Introdução” que Giannotti elabora para uma edição de 1984 do livro, em que adiciona no título “Estudo sobre a lógica do jovem Marx”.

E, no entanto, impõe-se uma leitura estritamente filosófica do texto – tal como realizada pelos arguidores, tal como realizada por João Quartim – pois ele foi escrito para ser defendido como uma tese de Filosofia e o foi. Daí a constatação mais crítica – e não detratora, como o leitor poderá apreciar no exame que João Quartim faz do livro de Giannotti: “todos aqueles que, como nós, fomos seus alunos” sabemos que ele “tinha todos os recursos (...) para atacar diretamente *O Capital*” (*Teoria e Prática*, n. 3, p. 86) – isto é, realizar a “sistematização da dialética” (idem, p. 84). E, contudo, optou por adotar três perspectivas, que, não sendo excludentes, na sua concomitância, comprometem o trabalho tirando-lhe a nitidez de propósito. João Quartim foi implacável e generoso:

“a questão que coloca sobre a possibilidade da dialética será respondida de tantas maneiras quantas forem as perspectivas em que se situa o colocá-la. Enquanto historiador da filosofia ele examinará como Feuerbach e o jovem Marx encaminharam o projeto de constituição de uma dialética materialista; mas enquanto filósofo, ele oporá a cada um desses dois filósofos a ideia de uma dialética consequente consigo mesma; PE esse o sentido de sua crítica do caráter não constitutivo da práxis em Feuerbach. Ainda enquanto filósofo, ele colocará certas questões de epistemologia das ciências humanas (análise e estatuto dos conceitos de propriedade privada, de valor natural, de sociedade civil, de práxis) estudando o funcionamento de diferentes métodos e categorias, discutindo-lhe a eficácia, o alcance, o grau de precisão e os domínios do real de que são ou não são capazes de dar conta. Finalmente, enquanto filósofo da história da ciência, ele descreverá a evolução da ideia de dialética desde sua elaboração primeira por Feuerbach, até sua transformação (se é que se pode falar em transformação) no materialismo dialético”.

“É essa pluralidade de intenções que dá ao leitor a impressão de falta de unidade, que o faz perguntar se realmente era preciso discutir Feuerbach no capítulo inicial para poder examinar e criticar nos capítulos finais a economia do jovem Marx à luz da teoria de “O Capital”. (João Quartim de Moraes. “Sobre as ‘Origens da dialética do trabalho’”. *Teoria e Prática*, n. 3, p. 91).

Deixe-se ao leitor o juízo do que fez Giannotti e do que podemos fazer hoje com a dialética marxista. De todo modo, para o deleite de um possível leitor que aprecie documentos raros e em abono do filósofo que se exercitou nas três modalidades identificadas por João Quartim, adicione-se mais uma: “filósofo de categoria” – esta, oriundo da pena de ninguém menos que Gérard Lebrun, membro arguidor da banca.

Fls. N.º 49  
Proc. N.º 1102/64  
Rub. ok.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

CONCURSO PARA A LIVRE-DOCÊNCIA

DEPARTAMENTO: Filosofia

CANDIDATO José Arthur Giannotti

EXAMINADOR Prof. Dr. Gérard Lebrun

DATA: 2/6/65.

TÍTULO: Defesa de Tese

RECEBER:

O professor Giannotti defendeu sua tese sobre "Alienação e Trabalho subjectivo", estudo sobre a dialética "primitiva" do jovem Marx que visa a pôr em evidência a ruptura entre os trabalhos de juventude de Marx (ainda sob a influência de Feuerbach e de um certo "idealismo", - mais humanista do que economista) e as obras de maturidade. A despeito do estilo às vezes pesado e das concessões às vezes excessivas ao maneirismo verbal hegeliano-marxista, o professor Giannotti escreveu um trabalho realmente notável.

Sua defesa foi mais que louvável. Ele soube reconhecer que certos equívocos subsistiam em sua tese (a respeito da dialética), mas mostrou sempre um domínio e uma segurança que confirmam a excelente impressão produzida pelo trabalho escrito. Seria difícil exagerar a importância de seu livro e de sua defesa; o professor Giannotti é, sem dúvida alguma, um filósofo de categoria.

*[Assinatura]*

Relatório de Gérard Lebrun, sobre a defesa de tese de José Arthur Giannotti. Arquivos administrativos da FFCL-USP (atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).